

Quando os servidores Técnicos Administrativos da IFEs deflagraram o movimento de greve o País atravessava uma de suas maiores crises políticas. Bombardeado pelas forças depostas do poder político em 2002 e, também, por setores tidos de esquerda., ancorados por importantes meios de comunicação, o Governo Lula e o PT passam a viver sob forte e angustiante processo de denúncias.

É sobre este quadro político que a FASUBRA desenvolvia o processo de negociação da pauta específica no MEC quando o Governo promove substituições em sua equipe, tanto para contemplar partidos da base aliada, com o objetivo de fortalecer a sua defesa, quanto para liberar quadros para assumir postos de controle na estrutura interna do PT, a fim de controlar a crise interna que se instalou a partir da constatação do envolvimento do PT, e alguns de seus dirigentes, em processos de corrupção. No geral, essas movimentações fortaleceram os setores de centro na composição do Governo e jogaram o PT e setores importantes da sociedade em um profundo defensivo político.

Neste período, adotamos na UFG a política de exigir que todas as denúncias fundamentadas fossem alvos de profunda investigação e punição dos responsáveis, exigindo, inclusive, mudanças nos rumos da política econômica para reduzir juros, gerar mais empregos e redistribuição de renda, como apregoa a coordenação dos movimentos sociais.

Foi neste momento que os novos interlocutores do MEC, após a substituição do Ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, cometeram erros na condução do processo negocial em curso (fatídica reunião do dia 02/08/05), e possibilitou que, nacionalmente, o movimento dos TAE se unificassem para lançar a greve como alternativa de condução da categoria à conquista de suas reivindicações.

Deflagrada a greve, o primeiro encontro entre o Governo e o CNG só ocorre após muitos esforços que contou como o apoio da ANDIFES e Comissão Parlamentar, composta por deputados federais do PT e PCdoB, quando o MEC apresenta proposta concreta, sinalizando para a retomada do processo de negociação, em mesas específicas, com a possibilidade de avanços na pauta. (R\$ 320 milhões para a segunda etapa, R\$ 100 milhões para a não absorção do VBC e continuidade da mesa de negociação), condicionada ao retorno ao trabalho.

Motivado por diferentes perspectivas, a maioria do CNG não compreendeu a importância da proposta apresentada, induzindo a categoria a negá-la. Uma parte motivada pelo caráter político-partidário que foi dado ao movimento, e outra pelo desconhecimento das reais possibilidades de se avançar na negociação estando em greve, prova disso foram as diversas justificativas alegadas para a continuidade da greve, algumas, inclusive, fora do eixo da nossa pauta.

Com essa dualidade, o coletivo Vamos à Luta (VAL) conseguiu galvanizar na base da categoria a aprovação de sua proposta de rejeição da suspensão da greve, para a instalação do processo de negociação.

A recusa da proposta, após o MEC afirmar ser uma proposta oficial, trouxe para o CNG a responsabilidade pela rejeição de recursos para a categoria, experiência que a FASUBRA não tinha em seu histórico, desobrigando, assim, o Governo da responsabilidade de viabilizar os recursos necessários para sua implementação.

Os falsos argumentos de que a proposta apresentada não passava de promessas vazias, que era inconsistente e inviável, associados ao documento encaminhado ao MEC desqualificando-o como interlocutor do Governo, muito provavelmente de forma proposital, conduziu o movimento a um profundo desgaste com o próprio Governo e os nossos aliados, levando à interrupção do diálogo por um longo período.

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

Somente após uma reavaliação do CNG, onde esse faz uma mea-culpa, casada com diferentes ações junto aos aliados já constituídos, e novos que foram agregados, como o Presidente da Câmara, Dep. Aldo Rebelo, além das ações desenvolvidas nos estados, gerando repercussões políticas e sociais, é que o diálogo foi retomado.

Neste segundo momento o Governo recebe o CNG e apresenta uma nova proposta, R\$ 250 milhões para a segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para discutir os problemas do VBC e racionalização com um cronograma variando de 90 a 120 dias para conclusão dos trabalhos, e novamente condiciona a abertura do processo de negociação ao fim da greve.

Há consenso dentro do CNG que a proposta rebaixada apresentada pelo Governo é insuficiente e não atende à categoria. As divergências aparecem na maneira de se buscar ampliar tal proposta. Parte acredita ser possível ampliar a proposta em processo de negociação dentro da greve, parte acredita que somente com a suspensão da greve e a retomada da mesa de negociação é que será possível ampliá-la.

O Governo tem se mostrado intransigente com a FASUBRA, dando-lhe um tratamento diferenciado ao já dispensado às demais entidades em greve, como o ANDES e o SINASEFE, negando-se a negociar em greve, desde o seu início, mostrando-se rancoroso e penalizando a categoria com propostas rebaixadas, deixando transparecer estar dando o mesmo caráter político-partidário ao movimento que fora dado pelo CNG quando do início da greve.

Essa disputa com o Governo, associada à proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006 um recurso adicional que beneficie a categoria no próximo ano (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005), nos obriga a considerar um recuo tático da greve, para abertura imediata da mesa de negociação, sob pena de condenarmos grande parte da categoria a ficar sem qualquer ganho salarial por três anos consecutivos (2004, 2005 e 2006).

Desta forma, o CLG/UFG reafirma a posição de suspensão da greve, como um recuo tático necessário para a retomada da mesa de negociação junto ao MEC, e solicita que as entidades que se posicionaram favoráveis à continuidade da greve revejam suas posições e deliberem, também, pela suspensão unificada da greve.

O CLG/UFG avalia que a manutenção de uma queda de braço entre o Governo e o Movimento, para ver se negociamos ou não em greve, nesse momento, só prejudica a categoria, pois o prazo está se esgotando e a possibilidade da categoria ter perdas irreparáveis mostra-se cada vez mais evidente.

O CLG/UFG reconhece que as grandes conquistas da categoria, inclusive o PCCTAE, se deram em processo de negociação em greve, e que foi dentro de um processo de negociação em greve é que havíamos conseguido arrancar do Governo a proposta da segunda etapa e da não absorção do VBC, e que o recuo tático nesse momento não demonstra uma derrota do movimento, pelo contrário, mostra que o movimento sabe lutar em defesa dos interesses da categoria. Derrota será se negarmos os recursos já oferecidos e a possibilidade de ampliá-los na mesa de negociação.

Goiânia, 08 de novembro de 2005.

COMANDO LOCAL DE GREVE